

# **PROPOSTA DE INCLUSÃO DE PESSOA COM DEFICIÊNCIA – PCD - NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL DA ESCOLA ALBERT EINSTEIN, EM JACIARA – MT.**

Alex Maycon Souza Almeida

## **RESUMO**

Esse estudo terá como referencial teórico as teorias que conceituam pessoas deficientes; apresentam práticas de inclusão em educação e o cotidiano da prática esportiva na escola, bem como discussões sobre a metodologia do ensino de Educação Física. O tema deste artigo é “a inclusão de Pessoa com Deficiência (PCD) na Educação Física”, sendo sua delimitação “Propostas de inclusão de PCD nos anos iniciais do ensino fundamental em uma escola particular de Jaciara”. O termo PCD – pessoa com deficiência – é o que vem sendo mais adotado atualmente, pois justamente evita essa segregação da pessoa conforme a sua dificuldade. Apenas informa que há uma dificuldade, independentemente de qual seja. A problemática que deu origem à pesquisa foi a seguinte: Quais estratégias de inclusão para pessoas com deficiência – PCD – podem ser feitas pelo professor de Educação Física para incluir alunos nos anos iniciais do Ensino fundamental? O objetivo geral desta pesquisa é apresentar atividades e estratégias docentes de inclusão de pessoas com deficiência nas aulas de Educação Física nos primeiros anos do Ensino Fundamental. A partir da pesquisa comprovou-se que a prática de educação física inclusiva requer do profissional habilitado para essa área uma postura que favoreça a inclusão, adaptando as atividades às necessidades dos alunos, para que todos se sintam capazes de participar e integrar o grupo.

**Palavras-chave:** Pessoa com deficiência. Educação Física. Inclusão.

Abstract

## **INTRODUÇÃO**

Este artigo trata da inclusão na Educação Física, voltando o foco desta pesquisa para atividades de inclusão na Educação Física aplicada às séries iniciais do Ensino Fundamental.

A inclusão está se tornando uma responsabilidade diária para educadores físicos. Para alguns, este termo faz aumentar o estresse e interrompe seu modo diário de ensino, e para outros representa um desafio que os torna melhores professores. A realidade é que a educação física tem um papel muito importante no processo de inclusão nas escolas. Todas as crianças, e especialmente as pessoas com deficiência, aprendem a se comunicar e a interagir com outras pessoas e a desenvolver habilidades cognitivas e motoras na educação física.

Para muitos desses educadores, pouco ou nenhum tempo de colaboração é fornecido com especialistas em educação especial. Além disso, especialmente no ensino básico, há muitas aulas e os educadores físicos se sentem sobrecarregados com a adição dessas questões, pois muitas vezes falta ajuda para que os educadores físicos se familiarizem com o processo de inclusão.

Desta forma, é importante discutir e apresentar ferramentas que permitirão então incluir todos os alunos ou sem deficiência nas aulas de Educação Física, visto ser esse o campo de atuação em foco nessa pesquisa. Para tanto, foi desenvolvida uma pesquisa de campo, realizada no Colégio Albert Einstein, em Jaciara.

## **CONCEITOS SOBRE INCLUSÃO E EDUCAÇÃO FÍSICA**

A preocupação com a concepção do que seja Educação Física e também o que seja PCDs – Pessoas com Deficiências – somente se torna realmente válida se direcionar uma prática de transformação. Isso significa que não adianta querer conceituar nenhum desses paradigmas se não se pretende transformá-los.

Catellani Filho (2009, p. 50) afirma que diferentes respostas para esse questionamento “têm sido historicamente construídas sem, contudo, contribuir substancialmente para a superação da prática conservadora existente”. Essa afirmação reforça a ideia de que não há validade num questionamento vazio, sem

intencionalidade prática. É preciso buscar uma compreensão sobre o conceito de Educação Física que realmente influencie na sua efetivação.

A prática pedagógica geralmente está relacionada às necessidades que uma determinada realidade possui. Assim, as práticas pedagógicas são organizadas conforme os interesses de uma comunidade escola. No caso da Educação Física, Finck (2011, p. 153) afirma que,

“No espaço social da escola, os conhecimentos, bem como os valores e os significados, são elaborados, transformados e reelaborados, ocorrem aproximações e afastamentos; portanto, a visão estática e repetitiva de cotidiano precisa ser rescindida.”

Isso quer dizer que não contribui para a formação do aluno uma mera repetição de atividades sem movimento, sem contribuição de todos. A educação física deve explorar os movimentos do corpo, e assim sendo, não pode ficar limitada a atividades repetitivas, sem objetivos (SASSAKI, 2017).

No caso de pessoas com deficiência, dependendo da deficiência física ou mental, um incentivo à movimentação pode auxiliar e incentivar o desenvolvimento dessa pessoa muito mais do que as demais áreas do conhecimento, devendo, portanto, ser uma área valorizada por todos os profissionais da educação envolvidos na aprendizagem dessas pessoas.

Em se tratando da inclusão dos PCDs na escola, Santos e Paulino (2008, p. 11) afirmam que promover “a inclusão de deficientes significa, sobretudo, uma mudança de postura e de olhar acerca da deficiência. Implica quebra de paradigmas, reformulação do nosso sistema de ensino para a conquista de uma educação de qualidade”. Essa qualidade está relacionada a um acesso e atendimento adequado para todos os alunos, sejam eles portadores de deficiência ou não.

A discussão sobre inclusão dessas pessoas em escolas regulares, e principalmente em escolas particulares, como é o caso da escola campo da pesquisa, ainda é muito grande e provoca uma diversidade de opiniões. Há os defensores das escolas especiais, em que os alunos portadores de deficiências são reunidos conforme essas mesmas deficiências, e há os que criticam esse tipo de educação, afirmando que a formação se dá no contraste, na convivência com o novo, com o diferente, e que só o fato dessas pessoas estarem convivendo com

outras que não apresentam as mesmas dificuldades que elas já há um processo de avanço no desenvolvimento (SASSAKI, 2017).

Conforme Sassaki (1997, p. 3), inclusão é algo que ocorre de forma efetiva em países desenvolvidos desde a década de 80. Já segundo Aguiar (2002), apenas após a aprovação da Constituição Federal de 1988 que, no Brasil, “ aumentou o número de estudos voltados para essa área. No campo da educação formal eles começaram a ocorrer, de forma mais sistemática, após a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 20 de dezembro de 1996”.

A efetivação da inclusão no ambiente escolar, para Oliveira e Poker (2002, p. 54), está atrelada a uma “educação apropriada e de qualidade dada conjuntamente para todos os alunos – considerados dentro dos padrões da normalidade com os com necessidades educacionais especiais – nas classes do ensino comum, da escola regular”. Tal inserção deve estar relacionada a um direcionamento pedagógico equivalente, que sirva a todos os alunos, sem distinção.

Isso significa que falar em inclusão é pensar um ensino voltado para todos, sem distinção, independente de habilidades, deficiência (sensorial, física ou cognitiva), condição socioeconômica, étnica ou cultural.

Segundo Cardoso (2003, p. 41) “a inclusão de alunos com necessidades especiais na escola regular, constitui uma perspectiva e um desafio para o século XXI, cada vez mais firme, nos diferentes sistemas e níveis educativos”. Como exemplo de relação entre Educação Física e inclusão, Cidade e Freitas (2002) falam o seguinte:

No que concerne à área da Educação Física, a Educação Física Adaptada surgiu oficialmente nos cursos de graduação, por meio da Resolução número 03/87, do Conselho Federal de Educação, que prevê a atuação do professor de Educação Física com o portador de deficiência e outras necessidades especiais. A nosso ver, esta é uma das razões pelas quais muitos professores de Educação Física, hoje atuando nas escolas, não receberam em sua formação conteúdos e/ou assuntos pertinentes à Educação Física Adaptada ou à inclusão (CIDADE; FREITAS, 2002, p. 27).

Essa adaptação que citam os autores acima está relacionada justamente à inserção da inclusão como tema de trabalho na área de Educação Física, a qual acaba por dar origem a uma nova especificidade de atuação: a Educação Física adaptada.

Sobre as mudanças ocorridas na atuação da Educação Física, conforme Duarte (2003, p. 12), apenas “a partir da última década, os cursos de Educação Física colocaram em seus programas curriculares, conteúdos relativos às pessoas com necessidades especiais”, sendo o motivo dessa inclusão tardia justamente a falta de referencial teórico e didático para embasar estratégias de atuação com alunos portadores de deficiências.

A Resolução Federal nº 3/87 fez com que muitas faculdades brasileiras de Educação Física reformulassem suas grades curriculares de forma a inserir a adaptação como componente curricular do curso, a fim de permitir aos acadêmicos noções básicas de atuação prática inclusiva.

Outro documento que aborda a inclusão na Educação Física são os Parâmetros curriculares Nacionais, que em seu volume dedicado à Educação Física, afirmam que a flexibilidade das regras ajudam a determinar “as relações de inclusão e exclusão do indivíduo no grupo. Na escola, portanto, quem deve determinar o caráter de cada dinâmica coletiva é o professor, a fim de viabilizar a inclusão de todos os alunos”.

Assim, os objetivos da Educação Física na escola precisam apontar abordagens críticas em relação à prática da atividade física, bem como valorizar seus benefícios para a saúde das pessoas, seja essa saúde física ou não, ressaltando-se aqui as interações educativas que transformam a aprendizagem.

Em se tratando da justificativa que garante essa preocupação com inclusão de pessoas com deficiências no ambiente escolar caracterizado como regular, a própria Carta Magna de 1988 assegura a “plena inserção na vida econômica e social e o total desenvolvimento de suas potencialidades”, podendo tal direito ser interpretado como estendido à educação, quando se aborda claramente o desenvolvimento.

Lima, Santos e Silva (2008, p. 126) afirmam que, embora do ponto de vista legal “a inserção, sob a forma da integração do aluno com necessidades especiais em escolas comuns, remonte à década de 60 com a Lei 4023/61, somente no início do século XXI a legislação sai do papel e se impõe à prática das instituições escolares”; isso aconteceu justamente após a Lei de Diretrizes e Bases 9394/1996, além do Decreto Legislativo nº 198.

Destaca-se, conforme Biaggio (2007), o ano de 1981 como Ano Internacional da Pessoa Portadora de Deficiência, promulgado pela Organização

das Nações Unidas como o marco da discussão sobre os problemas voltados para as pessoas com deficiência.

Entretanto, a popularização da discussão acerca da inclusão no Brasil se deu, segundo Biaggio (2007), após a discussão ser abordada pelos meios de comunicação, fazendo com que a sociedade pudesse refletir sobre os direitos dessas pessoas em estarem inseridas em todos os âmbitos da sociedade.

Eugênia Augusta Gonzaga Fávero, procuradora da República responsável pelos direitos do cidadão no Estado de São Paulo, no biênio 2002–2004, “o acesso das pessoas com deficiência ao ensino formal é garantido até pela legislação penal, pois o artigo 8º, da Lei no 7.853/89, prevê como crime condutas que frustram, sem justa causa, a matrícula de aluno com deficiência”. Sendo assim, a exclusão é crime. Mãe de um filho com Síndrome de Down, ela foi autora, juntamente com o procurador Sérgio Gardenghi Suiama, da recomendação no 05/2007/MPF/PR/SP, em fevereiro deste ano, ao diretor da novela “Páginas da Vida” – na qual a personagem Clara, com Síndrome de Down, foi recusada em várias escolas – para que não encerrasse o folhetim sem deixar claro que o acesso de alunos com deficiência a escolas comuns não é mera opção de seus pais ou responsáveis, e que a conduta excludente das escolas pode ter consequências cíveis, penais e administrativas (BIAGGIO, 2007, p. 19).

Desta forma, é preciso reconhecer que é direito das pessoas com deficiência conviverem e estarem inseridas na sociedade, o que, muitas vezes, não acontece, como no caso da ficção apresentado acima. Entretanto, a penalidade para a prática excludente precisa ser efetivada, a fim de minimizar tais incidências.

Recentemente, tem sido vinculado nas redes sociais um vídeo de um professor de Educação Física que faz uma adaptação em sua vestimenta para “encaixar” em suas pernas uma menina paraplégica e, desta forma, permitir que ela participasse de uma apresentação de dança com seus colegas de classe. Tal atitude foi muito elogiada com milhares de comentários, mas o principal a se discutir aqui é a prática inclusiva que esse profissional adota, a qual, mesmo sendo elogiada por todos, nem sempre é seguida.

O que queremos dizer aqui é que mesmo havendo inúmeras leis, normativas ou portarias que garantam às pessoas com deficiência o acesso à educação regular e a convivência das mesmas com as outras crianças, apenas esse direito não se classifica em inclusão.

Ainda sobre deficiência, Maciel, Miguel e Venditti (2009) comentam que:

(...) a deficiência pode acometer o indivíduo em todos ou em partes do segmento de seu corpo, podem ser físicas (membros superiores e/ou inferiores), auditivas, visuais (perda total ou baixa visão), mentais ou múltiplas, de acordo a estes autores tais diferenciações podem ocorrer de acordo a cada caso de deficiência do indivíduo, ou seja, uma alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo, sendo temporária ou permanente, decorrente de fatores inatos ou adquiridos (MACIEL, MIGUEL, VENDITTI, 2009, p. 39).

Nesse sentido, a inclusão tem crescido a cada ano e o desafio de garantir uma educação para todas também, pois na escola inclusiva os alunos aprendem a conviver com as diferenças e se tornam pessoas solidárias. Para que isso se torne realidade, a participação do professor é essencial. O processo de inclusão é possível, basta somente acreditarmos na capacidade, no potencial a ser desenvolvido, respeitar a individualidade e diversidade das crianças como necessidades educativas especiais, estabelecendo um vínculo afetivo entre os integrantes do processo (OLIVEIRA, et ali, 2015).

Oliveira, Souza, Oliveira, Diniz e Duarte (2015, p. 2) asseguram que “os alunos com deficiência no âmbito escolar têm os mesmos direitos a uma educação de qualidade que os não deficientes, sendo dever dos sistemas educacionais terem que se adaptar a essas necessidades”.

Nestes termos, incluir pessoas com deficiência no ambiente escolar é garantir um direito de todos, bem como um dever das organizações de ensino em se adaptar, buscando atender-las conforme suas necessidades, “de modo que ofereça diferentes estratégias de aprendizagem e avaliação, garantindo que nenhum aluno será excluído das atividades desenvolvidas” (CARDOSO; BASTILHA, 2010).

Para tanto, a preocupação com a formação dos professores é essencial, pois de nada irá adiantar a presença da pessoa com deficiência em sala de aula, se o atendimento não for diferenciado. O mesmo se aplica ao profissional que atua com a Educação Física.

De acordo com Lima, Santos e Silva (2007, p. 128), a meta da “inclusão é, desde o início, não deixar ninguém fora do sistema escolar, o qual terá que se adaptar às particularidades de todos os alunos. Portanto, este é um processo que pressupõe a reforma da organização dos serviços destinados a esses alunos”. Isso implica a formação profissional voltada para a capacitação desses professores para transformar a prática educativa, evitando que haja problemas nos processos de

inclusão em virtude de metodologias inadequadas com os alunos com deficiência, ou falta de material e espaço adaptado às necessidades desses alunos.

É preciso que haja uma consciência inclusa também no profissional que irá atuar com essa pessoa. Caso contrário, a criança com deficiência será apenas um mero item de decoração na sala de aula regular. E é aí que entra a discussão proposta por esta pesquisa: incentivar práticas de inclusão com crianças que estudam nas séries iniciais do ensino fundamental, a fim de permitir que elas tenham garantido o “desenvolvimento de suas potencialidades”, como prevê a Constituição Federal.

Para que essa prática de inclusão se efetive no dia a dia da atuação do professor de Educação Física, a formação do mesmo deve promover esse debate e dar subsídios para seu trabalho. Os autores citam ainda a Declaração da Salamanca e sua abordagem em relação à formação do profissional que atende essas crianças com deficiência.

A Declaração da Salamanca, no tocante à formação do profissional, aponta que os professores desempenham papel decisivo no processo educativo, ao dar apoio a crianças com a utilização de recursos disponíveis tanto na classe como fora dela. (art.37, p. 35). Salienta ainda que a preparação adequada de todos os profissionais da educação é um dos fatores-chave para propiciar a mudança para escolas integradoras (art. 40, p. 37) cabendo às universidades esse importante papel (art. 48, p. 38) (LIMA, SANTOS, SILVA, 2007, p. 130).

Sendo assim, a formação acadêmica deve ser o primeiro passo na busca pela preparação do profissional que trabalha com pessoas com deficiência, destacando-se as atividades voltadas para a inclusão das mesmas como uma preocupação de todos.

## **PROPOSTA DE INCLUSÃO DE PESSOA COM DEFICIÊNCIA – PCD - NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL DA ESCOLA ALBERT EINSTEIN, EM JACIARA – MT**

Durante a realização do estágio supervisionado obrigatório do Curso de Educação Física, da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São



Lourenço, estive trabalhando com a disciplina de Educação Física, acompanhando os trabalhos da professora regente do Colégio Albert Einstein, em Jaciara.

No acompanhamento das turmas de 1º, 2º 3º, 4º e 5º anos, atuei diretamente com 109 alunos, sendo que apenas um deles possui deficiência mental leve.

As atividades realizadas em sua maioria trabalham movimento e lateralidade das crianças, principalmente com os menores. Entretanto, nas atividades em que foram trabalhadas atividades voltadas para o desenvolvimento da coordenação motora e brincadeiras socioeducativas e lúdicas, voltadas para uma melhor interação e socialização dos alunos, não houve, por parte da professora regente, uma diferenciação ou adaptação para atendimento das necessidades especiais do aluno PCD, que acabou se isolando dos demais em alguns momentos. Em conversa informal com o aluno, o mesmo informou algumas brincadeiras que gosta de participar, como queimada e pega-pega, sendo que a professora ouviu as sugestões e fez a inserção dessas atividades para ajudá-lo a interagir com os colegas.

Em virtude dessa situação, senti-me curioso para compreender as dificuldades desse aluno e buscar formas de ajudá-lo na socialização com os demais.

Segundo Tibola (2001, p. 51), o trabalho de coordenação-motora envolve “a coordenação da visão com qualquer segmento corporal. Por exemplo: arremessar a bola num determinado alvo (coordenação óculo-manual), chutar uma bola em direção ao gol (coordenação óculo-pedal)”.

Desta forma, a adaptação das atividades físicas é o primeiro passo para a efetivação de uma prática inclusiva, pois permite que todas as crianças participem de alguma forma das propostas trabalhadas pelo educador.

Uma outra preocupação que se evidencia nos ambientes escolares é a questão da acessibilidade, pois, apesar da deficiência deste aluno ser de nível mental leve, uma observação que fiz em relação à acessibilidade na escola foi relacionada às escadas: as salas do 4º ano do Ensino Fundamental ao 3º ano do Ensino Médio ficam no primeiro andar, e apenas as de Educação Infantil e até o 3º ano no térreo. Se houvesse um aluno com dificuldades de mobilidade ou cadeirante, ou até mesmo um professor, o acesso às turmas maiores seria inviável.

Segundo a coordenação da escola, quando aconteceram fatos de alunos com tais necessidades se maticularem, foi feita uma mudança de sala para o térreo,

o que foi possível em virtude do número mínimo de alunos com necessidades de mobilidade.

Entretanto, se surgirem vários alunos com essa mesma deficiência, não há nenhuma estrutura na escola para recebê-los em sala de aula, tampouco nas atividades na quadra esportiva.

## SUGESTÕES DE ATIVIDADES E JOGOS COOPERATIVOS ADAPTADOS

Rosseto Jr (2010, p. 31) apresenta uma listagem de jogos para o desenvolvimento de competências, sendo que os mesmos podem ser adaptados para atender as deficiências dos alunos que necessitarem.

Tendo como base o comportamento humano e os estímulos das práticas corporais que englobam os aspectos cognitivo, sócio - afetivo e psicomotor, as atividades a seguir favorecem o desenvolvimento de competências e inclusão das crianças e adolescentes.

### Pega-pega

Utilizando bolas como material, as crianças geralmente já conhecem bem essa brincadeira, como o próprio aluno com deficiência declarou em conversa informal. Nessa atividade, o educador físico combina as regras (espaço de fuga, forma de tocar na hora de pegar os colegas, inclusão do aluno pego na mesma equipe, presença ou não de pique e, é claro, definição de quem é o pegador inicial).

Com este jogo, os principais domínios trabalhados são a atenção, comparação da velocidade dos jogadores e memorização, todos de âmbito cognitivo.

Em relação aos aspectos psicomotores trabalhados neste jogo, destacam-se noções de distância e proximidade e variações de deslocamentos.

Quanto à interação e domínio sócio afetivo, são trabalhados respeito às regras, disciplina e autoconfiança.

Uma forma de adaptar esse jogo às necessidades de portadores de deficiência visual, por exemplo, seria o aluno deficiente visual ser auxiliado na hora da corrida com o auxílio dos demais, que batem palma para indicar a localização. E

quando quem corre para pegar for um aluno que não é deficiente visual, a utilização de uma bola com guizo pelo pegador que não é deficiente auxilia o PCD a localizar seu colega pelo som, ajudando no deslocamento de fuga do deficiente.

#### Bola ao cone

Através de uma conversa com os alunos, apresentar alguns pontos como: tipos mais frequentes de necessidades especiais, e as paraolimpíadas.

O professor para esta atividade necessitará de vendas para os olhos, cones, bolas de futsal.

Em duplas os alunos deverão se espalhar pelo espaço da aula (quadra), cada dupla tomará conta de um cone. Uma pessoa da dupla deverá manter certa distância do cone, ter os olhos vendados e dominar a bola com os pés. O seu companheiro de duplas deverá conduzi-lo por estímulos sonoros (orientar sua direção falando: para frente, para direita) até o aluno que estiver vendado, acertar bola no cone. Depois de certo tempo trocar a venda de pessoa.

#### Quem é este?

O professor deverá misturar a turma, vendar um aluno e colocá-lo em frente a qualquer colega. Este, somente pelo tato tentar descobrir qual colega é.

#### Dança esquisita

Para desenvolver esta atividade o professor necessitará de um aparelho de som. Junto com os alunos o professor deverá montar uma coreografia, rápida e de fácil ficção, ex: tipo aeróbica, dois para direita, dois para esquerda três para trás, três para frente.

Logo após os alunos memorizarem a coreografia, os alunos serão todos vendados e com cuidado realizar a coreografia, depois retirar as vendas e ver em que posição os alunos se encontram, se foi fácil ou difícil executar a dança vendado. O professor poderá criar várias coreografias e repetir as atividades mais vezes.

Várias outras atividades podem ser feitas e adaptadas para a inclusão dos alunos PCDs, devendo ser previamente planejadas por parte do professor educador físico para que o mesmo esteja preparado para lidar com as possíveis dificuldades que as práticas inclusivas possam apresentar. Segundo Huth (2012, p. 18), “mediante uma prática estruturada, capaz de considerar esses alunos com dificuldades ou algum tipo de deficiência, será possível o desenvolvimento desses e sua convivência harmoniosa”.

Ainda conforme Huth (2012, p. 18), “é importante enfatizar que a Educação Física Adaptada (EFA) e a Educação Física Especial (EFE), independente de suas abordagens, é uma forma da Educação Física poder atender a todos, observando necessidades e potencialidades dos indivíduos”. Desta forma, a Educação Física exerce seu papel de contribuir na formação integral dos alunos, oportunizando um ambiente rico para discussões e reflexões dos vários conflitos entre valores que existem na escola.

## CONCLUSÃO

Após a leitura tanto da concepção que a sociedade tem de pessoas com deficiência quanto da atuação da educação física na formação humana, é importante dizer que a prática do profissional educador físico deve refletir uma consciência inclusiva, que respeite as diferenças e auxilie os alunos, deficientes ou não, a terem um bom desenvolvimento motor e social durante as aulas desse componente curricular

A experiência vivenciada durante o estágio supervisionado em aulas de educação física com alunos com e sem deficiência foi um primeiro passo para perceber as dificuldades que a prática docente traz, mas também permitiu compreender que a educação é um espaço importante para promover as mudanças que a sociedade precisa, principalmente quando o tema é inclusão de deficientes, pois temos uma dificuldade muito grande de aceitar o diferente.

Concluo que é importante haver o planejamento das aulas, assim como é preciso que o professor conheça seus alunos para, assim, buscar formas que oportunizem o desenvolvimento dos mesmos considerando as limitações, sem porém, ater-se a elas negando a participação efetiva das Pessoas com Deficiência

(PCDS). Apesar de não ter sido possível vivenciar na prática se as brincadeiras adaptadas realmente possibilitaram uma socialização do aluno com deficiência e seus colegas, as sugestões apresentadas aqui servem de proposta não apenas para a professora regente da escola Albert Einstein, mas para qualquer educador físico que queira integrar seus alunos e fazê-los vivenciar as experiências de seus colegas, com ou sem deficiência.

Com isso, a realização desta pesquisa ampliou meu conhecimento teórico sobre a prática da Educação Física no ambiente escolar, principalmente voltada para a inclusão.

## REFERÊNCIAS

BIAGGIO, Rita de. A inclusão de crianças com deficiência cresce e muda a prática das creches e pré-escolas. IN: *Revista criança do professor de educação infantil*. Brasília, nov/2007, p. 19-26.

CASTELLANI FILHO [et al]. *Metodologia do ensino de educação física*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

CIDADE, R. E.; FREITAS, P. S. Educação Física e Inclusão: Considerações para a Prática Pedagógica na Escola. *Integração*, v. 14 – Edição Especial - Educação Física Adaptada -, p. 27-30, 2002.

FINCK, Silva Christina Madrid. *A educação física e o esporte na escola: cotidiano, saberes e formação*. 2 ed. rev. Curitiba: IBPEX, 2011.

FONSECA, Vitor da. *Educação especial: programa de estimulação precoce - uma introdução às ideias de Feversien*. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 1995.

HUTH, Loiva. *Educação física para pessoas com necessidades especiais: um olhar a partir de um estudo de caso*. 2012. Disponível em: <file:///E:/Usu%C3%A1rio/Downloads/ED%20FISICA%20E%20DEFIC.pdf> Acesso em: 18/10/2017.

LIMA, Lana Ferreira; SANTOS, Cristiane da Silva; SILVA, Roseane Patrícia de Souza e. O profissional da educação física e a inclusão dos alunos com deficiência no ensino regular. IN: *Poésis pedagógica*. V 5/6, p. 125-145, jan/dez/ 2007-2008.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de metodologia científica*. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

RIBAS, João Batista Cintra. *O que são pessoas deficientes*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

ROSSETTO JR. Adriano J. *Jogos educativos: estrutura e organização da prática*. São Paulo: Phorte Editora, 2010.

SANTOS, Mônica Pereira dos; PAULINO, Marcos Moreira. *Inclusão em educação: culturas, políticas e práticas*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SASSAKI, Romeu Kazumi. *Terminologia sobre ciência na era da inclusão*. Disponível em: <https://www.selursocial.org.br/terminologia.html> Acesso em: 12/05/2017

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 22 ed. São Paulo: Cortez, 2009

TIBOLA, Ivanilde Maria (coord). *Educação física, desporto e lazer: proposta orientadora das ações educacionais*. Brasília: Federação Nacional das APAEs, 2001.

.